

9.º Relatório Trimestral da Ouvidoria/CNJ Janeiro a março de 2012

INTRODUÇÃO

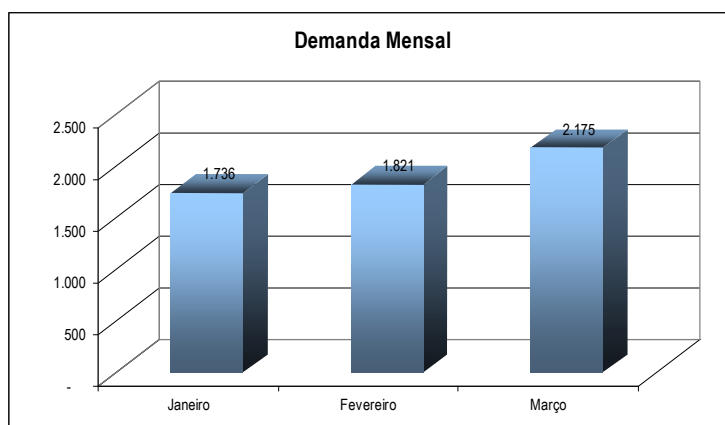
A Resolução nº 103, de 24 de fevereiro de 2010, do CNJ, estabelece que *“a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Conselho Nacional de Justiça, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como promover a articulação com as demais Ouvidorias judiciais para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.”*

A Ouvidoria do CNJ foi criada pela Resolução nº 67, de 3 de março de 2009, que instituiu o novo Regimento Interno do Conselho, e tem suas atribuições fixadas na Resolução nº 103, de 24 de fevereiro de 2010. Exerce a função de Ouvidor o Conselheiro Wellington Cabral Saraiva, eleito na 133ª sessão plenária, de 30 de agosto de 2011.

Este relatório é apresentado ao Plenário em cumprimento ao disposto no artigo 4º, VII, da Resolução nº 103/2010, contendo dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas nos meses de janeiro a março de 2012.

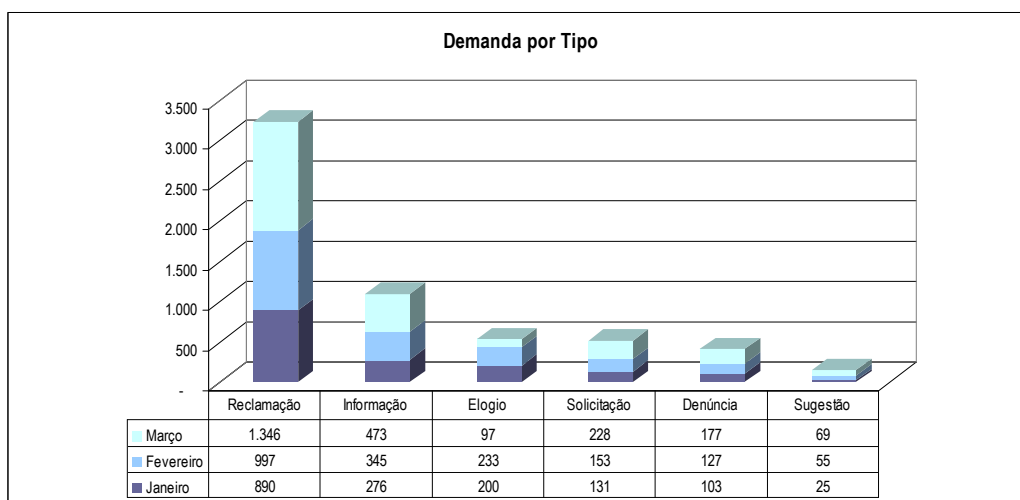
1. AS DEMANDAS RECEBIDAS

No primeiro trimestre de 2012, a Ouvidoria recebeu 5.732 demandas.¹ A demanda mensal foi crescente, conforme se observa no quadro abaixo. Em comparação ao ano de 2011, cuja média mensal foi de 1.624,67, o primeiro trimestre de 2012 apresentou aumento percentual de 17,6%, com média de 1.910,67 manifestações por mês.



A forma de comunicação mais comum é a virtual, sendo que 96,39% das manifestações foram recebidas pelo sistema eletrônico de atendimento, e 1,88% por correio eletrônico. As demais manifestações foram enviadas à Ouvidoria por correspondência (1,08%), ofício (0,47%), ligações telefônicas (0,16%) e presencialmente (0,02%). Nos quantitativos apresentados, constam apenas os atendimentos pessoais e telefônicos que foram cadastrados no sistema, pois não foram resolvidos durante o atendimento, logo demandaram registro para providências posteriores.

Levando em consideração os tipos de demandas, a maior parte delas é de reclamações (3.233 = 54,57%) e de pedidos de informações (1.094 = 18,46%), conforme o gráfico abaixo:



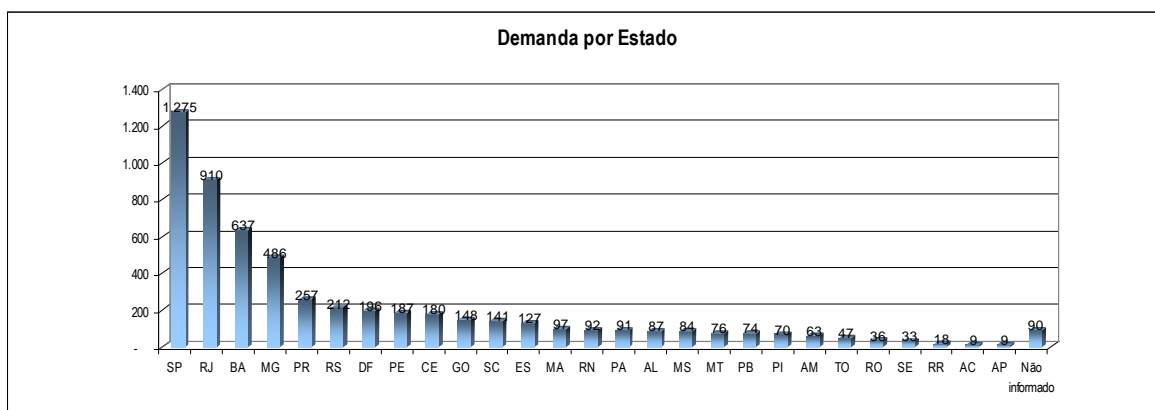
O registro pode ser classificado com mais de um tipo.

¹ Não foram computadas manifestações duplicadas ou que representaram continuação de demanda anterior. Esses registros totalizaram 601 manifestações no trimestre.

O quadro a seguir mostra a predominância de manifestações enviadas por servidores públicos, advogados e aposentados, perfil que permanece constante em comparação ao ano de 2012.

OCUPAÇÃO	TOTAIS	%
Servidor Público	1.120	19,54%
Advogado	949	16,56%
Aposentado	665	11,60%
Empregado de Empresa Privada	624	10,89%
Profissional Liberal ou Autônomo	485	8,46%
Estudante	366	6,39%
Desempregado	335	5,84%
Empresário	224	3,91%
Empregado Público	194	3,38%
Militar	122	2,13%
Pensionista	65	1,13%
Presidiário	64	1,12%
Magistrado	25	0,44%
Perito	14	0,24%
Membro de Ministério Público	14	0,24%
Delegado de Polícia	11	0,19%
Defensor Público	11	0,19%
Não informado	444	7,75%
Total geral		5.732

O quadro seguinte registra o número de demandas conforme o Estado de origem. O maior número de manifestações provém dos Estados de São Paulo (1.275 = 22,24%), Rio de Janeiro (910 = 15,88%), Bahia (637 = 11,11%) e Minas Gerais (486 = 8,48%):



2. OS TEMAS DAS DEMANDAS

O quadro abaixo apresenta a quantidade de demandas recebidas na Ouvidoria, classificadas segundo os tipos e temas tratados. Em concordância com o padrão dos relatórios anteriores, o tema morosidade processual permanece como o de

maior frequência e representa 28,41% dos registros, assunto que será detalhado no item 2.2 deste relatório.

Em segundo lugar, com 6,8% das manifestações, figuram as demandas que tratam da atuação da Corregedoria Nacional ou que a ela se dirigem, sendo que 95,78% desses registros foram classificados como elogios.

Os relatos que tratam de matéria de cunho jurisdicional figuram em terceiro lugar, com 4,44% do total. Em face dessas demandas, a Ouvidoria orienta o interessado que procure um advogado, a Defensoria Pública, ou mesmo os núcleos de práticas jurídicas.

Em quarto, encontram-se as manifestações sobre atuação de magistrado, com 4,08%. Cumpre à Ouvidoria, nos casos de reclamação, orientar o interessado a formalizar requerimento ao CNJ ou às corregedorias dos tribunais.

Destacamos as manifestações recebidas a respeito do Projeto Pai Presente, coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça, que tem por objetivo estimular o reconhecimento de paternidade de pessoas sem esse registro. Foram recebidas 77 manifestações, e, em maioria, solicitavam informações sobre o procedimento para iniciar o processo de reconhecimento de paternidade.

As manifestações acerca de processos em curso no CNJ (andamento/situação processual no CNJ), inclusive na Corregedoria Nacional de Justiça (andamento/situação processual), somam 70 registros, ou seja, 1,18% do total.

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	ELOGIO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	TOTAIS
Morosidade Processual no Poder Judiciário	1.547	42	1	52	40	1	1.683
Atuação da Corregedoria Nacional de Justiça	2	5	386	8		2	403
Matéria de cunho jurisdicional	141	16		59	46	1	263
Atuação de Magistrado	155	12	5	5	63	2	242
Decisão do CNJ	223	7	1	5	3		239
Decisão Judicial	183	6		15	32	1	237
Demanda fora da Competência do CNJ	109	35		41	36	13	234
Consulta Jurídica	15	136		13	2		166
Administração de Tribunal	115	4		9	21		149
Demanda Insuficiente para Classificação	49	45	5	26	18	3	146
Funcionamento/Procedimento de Vara/Comarca	115	6	2	7	13		143
Atuação do CNJ	4	5	112	7			128
Serventia Extrajudicial	46	37	2	11	11	1	108
Andamento/Situação de Processo Judicial	24	62		20			106
Projetos/Programas do CNJ	3	75		21	2	3	104
Como peticionar ao CNJ	22	57		5	13	1	98
Melhorias para o Poder Judiciário	2		1	3		92	98
Pagamento e Gestão de Precatórios (Res. 115/2010 e Res. 123/2010)	59	14	3	9	3		88
Cumprimento de Decisão Judicial	57	1		7	12		77
Concurso Público para servidor do Poder Judiciário	40	13		5	10		68
Consulta de Mérito	8	52		6	1		67
Atuação do Supremo Tribunal Federal	47	7	1	6	3	1	65
Execução Penal (regime de cumprimento de pena)	26	13		10	8		57

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	ELOGIO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	TOTAIS
Sistema Carcerário e Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas	20	10		7	8	2	47
Curso promovido pelo CNJ	3	25		12		1	41
Atividade Jurídica (Res. 75/2009)		30	1	3			34
Atuação de Servidor/Funcionário do Poder Judiciário	23	3	5		1		32
Extravio de Processo ou Documento/Restauração de Autos	28	2					30
Informações Gerais sobre o CNJ		23		5			28
Resposta/Atuação da Ouvidoria do CNJ	5	12	3	4	4		28
Andamento/Situação Processual no CNJ (Sem sigilo)	3	12		12			27
Andamento/Situação Processual no CNJ (Com sigilo)	4	12		7	2		25
Pesquisa	1	15		8		1	25
Recebimento de documento no CNJ/Protocolo/Número de processo	2	16		2	5		25
Atos Administrativos do CNJ	3	17		4			24
Tentativa de golpe utilizando o nome do CNJ	2	1			21		24
Concurso Público para Ingresso na Carreira da Magistratura (Res. 75/2009 e Res. 118/2010)	16	1			4	1	22
Mutirão Carcerário	10	7		5			22
Projeto Começar de Novo	1	14		4	2		21
Cadastro Nacional de Adoção	4	14		2			20
Movimento pela Conciliação/Projeto Conciliar é Legal		15		2		2	19
Acesso a sistemas do CNJ	3	9		5		1	18
Andamento/Situação Processual na Corregedoria Nacional de Justiça	2	10		6			18
Cadastro Nacional de Improbidade Administrativa		15		3			18
Competência do CNJ	1	16			1		18
Cumprimento de Decisão do CNJ	13	3			2		18
Atuação de Corregedoria de Tribunal	14				2	1	17
Morosidade no Cumprimento de Decisão Judicial	17						17
Processo Eletrônico do CNJ (E-CNJ)	5	11					16
Nepotismo no Poder Judiciário	6	4			5		15
Acesso a Sistemas de Informação de órgão do Poder Judiciário	9	1		1			11
Evento promovido pelo CNJ		9		2			11
Inspeções no Poder Judiciário	3	3		5			11
Autor. de Viagem para o Ext. de Crianças e Adolescentes (Res. 131/2011)	1	7		2			10
Concurso Público para a outorga das Delegações de Notas e de Registro (Res. 81/2009 e Res. 122/2010)	3	6		1			10
Justiça em Números/Estatísticas		6		4			10
Assistência Judiciária		1		7			8
Justiça Aberta		8					8
Tabelas Processuais Unificadas (Res. 46/2007)		6		1		1	8

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	ELOGIO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	TOTAIS
Projudi	3	1		2		1	7
Sigilo/Anonimato	2	2			2	1	7
Atuação de Ouvidoria de Tribunal	4	2					6
Banco de Dados de Mandados de Prisão (Res. 137/2011)	1	1		1		3	6
Movimento pela Conciliação - Campanha divulgada na TV e rádio		5		1			6
Jornada de trabalho, preenchimento de cargos em comissão e limite de servidores requisitados (Res. 88/2009)	2	2				1	5
Metas Nacionais do Poder Judiciário		5					5
Modelos Únicos de Certidões	1	2		2			5
Morosidade Processual no CNJ	3	1			1		5
Numeração Única		4				1	5
Outros Concursos Públicos	4			1			5
Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA (Res. 63/2008)	1	1		3			5
Estágio no CNJ		2		2			4
Jurisprudência do CNJ - Infojuris		4					4
Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas		3					3
Concurso de Remoção	1	2					3
Imprensa do CNJ				1		2	3
Nepotismo nos demais Poderes		1			2		3
Portal do CNJ				2		1	3
Recesso Forense/Plantão Judicial	1	1					2
Renajud		1				1	2
Declara a vacância dos serviços notariais e de registro (Res. 80/2009)		1					1
Processo Físico do CNJ		1					1
Reabilitação e certidão de antecedentes criminais	1						1
Outros Assuntos	15	58	2	33	8	7	123
Total geral	3.233	1.094	530	512	407	149	5.925

O registro pode ser classificado com mais de um assunto.

2.1 Dados dos Processos

Levando em conta os relatos recebidos no trimestre, 3.203 (55,88%) continham os dados do processo a que se referiam, como, por exemplo, número, órgão em que tramitava, instância em que se encontrava, classe e situação de julgamento, ou seja, se o processo fora julgado ou se encontrava em fase de execução.

Abaixo, a discriminação dos dados, segundo a esfera ou tribunal de onde se originaram:

LOCALIZAÇÃO	TOTAIS	%
Justiça Estadual	1.777	55,48%
Justiça Federal	407	12,71%
Justiça do Trabalho	278	8,68%
Conselho Nacional de Justiça	110	3,43%

LOCALIZAÇÃO	TOTAIS	%
Superior Tribunal de Justiça	80	2,50%
Supremo Tribunal Federal	97	3,03%
Tribunal Superior do Trabalho	25	0,78%
Justiça Eleitoral	9	0,28%
Justiça Militar Estadual	4	0,12%
Justiça Militar da União	4	0,12%
Tribunal Superior Eleitoral	3	0,09%
Superior Tribunal Militar	1	0,03%
Não Informado	408	12,74%
Total geral	3.203	

As tabelas a seguir agrupam os dados dos processos objeto das manifestações quanto a tratarem de feitos julgados e em fase de execução. A maior demanda é sobre processos julgados, com 45%, e que não estão em fase de execução, com 56,13%.

LOCALIZAÇÃO	JULGADO			EM EXECUÇÃO			TOTAIS
	SIM	NÃO	NI	SIM	NÃO	NI	
Justiça Estadual	817	888	72	586	1.119	72	1.777
Justiça Federal	193	208	6	121	280	6	407
Justiça do Trabalho	215	57	6	166	106	6	278
Supremo Tribunal Federal	35	42	20	28	52	17	97
Superior Tribunal de Justiça	33	44	3	23	54	3	80
Tribunal Superior do Trabalho	14	11		5	20		25
Justiça Eleitoral	3	6		1	8		9
Justiça Militar Estadual	2	2		2	2		4
Justiça Militar da União		3	1		3	1	4
Tribunal Superior Eleitoral	1	2		1	2		3
Superior Tribunal Militar		1			1		1
Não Informado	79	66	263	60	89	259	408
Total geral	1.392	1.330	371	993	1.736	364	3.093
	45%	43%	11,99%	32,10%	56,13%	11,77%	

NI: não informado.

Das manifestações que continham dados do processo, a maior parte, 1.563 (48,8%), tratavam de morosidade processual no Poder Judiciário, seguida das que diziam respeito à matéria de cunho jurisdicional, no total de 209 (6,53%), e sobre decisão judicial, com 198 (6,18%). Dada a sua importância e recorrência, o assunto morosidade processual será tratado detalhadamente no próximo tópico.

2.2 Morosidade Processual

A maior parte das demandas recebidas na Ouvidoria, de forma recorrente, compõe-se de manifestações referentes à morosidade processual no Poder Judiciário, representando 28,41% dos registros de janeiro a março. Tomando em conta apenas as demandas com essa classificação temática, 91,92% são reclamações.

Considerando o perfil dos demandantes, 9,21% das demandas são de pessoas com deficiência e 19,25%, de maiores de 60 anos. Levando em consideração o gênero dos demandantes, 68,27% são de pessoas do sexo masculino:

	PORTADOR DE DEFICIÊNCIA DOENÇA GRAVE		MAIOR DE 60 ANOS		SEXO		
Não	1.528	90,79%	1.359	80,75%	Feminino	534	31,73%
Sim	155	9,21%	324	19,25%	Masculino	1.149	68,27%
Total geral	1.683		1.683		Total geral	1.683	

Em uma análise proporcional à quantidade de registros recebida por Estado, o maior percentual de demandas que se referem à morosidade processual origina-se do Estado do Rio Grande do Norte, representando 45,65% do total (de demandas originadas) do Estado, seguido do Ceará, com 38,71%, e Rio de Janeiro, com 35,77%. A tabela seguinte revela grande variação entre os dados dos trimestres, sendo que, em comparação com o último trimestre de 2011, os Estados do Maranhão, Bahia e Rondônia figuraram nos três primeiros lugares.

ESTADO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
RN	42	92	45,65%
CE	72	186	38,71%
RJ	328	917	35,77%
ES	48	135	35,56%
SE	11	32	34,38%
PE	67	196	34,18%
AM	20	61	32,79%
DF	68	209	32,54%
MT	25	79	31,65%
MA	31	101	30,69%
AL	26	89	29,21%
PI	21	72	29,17%
MG	148	523	28,30%
MS	25	91	27,47%
BA	169	638	26,49%
RR	5	19	26,32%
SP	339	1.325	25,58%
RS	56	225	24,89%
GO	38	155	24,52%
PB	18	76	23,68%
PR	58	260	22,31%
RO	7	35	20,00%
PA	19	97	19,59%
SC	27	145	18,62%
TO	6	51	11,76%
AP	1	10	10,00%
AC	-	10	0,00%
Não Informado	8	96	8,33%
Total geral	1.683	5.925	28,41%

Relativamente à ocupação dos demandantes, o maior número de manifestações sobre morosidade foi feito por membro do Ministério Público (57,14%) e por defensores públicos (45,45%), conforme tabela abaixo. O percentual alto de manifestações enviadas pelo Ministério Público e defensoria pública foge ao padrão observado nos relatórios anteriores, mas demonstra o reconhecimento por outros órgãos da atuação da Ouvidoria/CNJ.

OCUPAÇÃO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
Membro do Ministério Público	8	14	57,14%
Defensor Público	5	11	45,45%
Pensionista	28	66	42,42%
Desempregado	137	336	40,77%
Aposentado	269	695	38,71%
Advogado	376	973	38,64%
Delegado de polícia	4	11	36,36%
Militar	37	117	31,62%
Empresário	62	234	26,50%
Empregado de Empresa Privada	161	638	25,24%
Profissional Liberal ou Autônomo	125	508	24,61%
Empregado Público	46	200	23,00%
Servidor Público	245	1.167	20,99%
Estudante	74	373	19,84%
Presidiário	11	73	15,07%
Perito	1	14	7,14%
Magistrado	1	28	3,57%
Não Informado	93	467	19,91%
Total geral	1.683	5.925	28,41%

Das 3.203 manifestações recebidas com dados do processo, 1.563 foram classificadas com o tema morosidade processual.

No que se refere à origem dos processos, a maioria tramita na Justiça Estadual (60,79%), seguindo-se a Justiça Federal (18,15%):

LOCALIZAÇÃO	TOTAIS	%
Justiça Estadual	941	60,79%
Justiça Federal	281	18,15%
Justiça do Trabalho	134	8,66%
Superior Tribunal de Justiça	47	3,04%
Tribunal Superior do Trabalho	18	1,16%
Justiça Eleitoral	4	0,26%
Tribunal Superior Eleitoral	1	0,06%
Não Informado	122	7,88%
Total	1.548	

Não foram computados os processos em tramitação no STF.

Na tabela a seguir, detalham-se as classes dos processos tratados nas demandas classificadas como morosidade processual:

CLASSE	JUST. ESTADUAL	JUST. FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	NI	TOTAIS
Procedimento do Juizado Especial Cível	91	48						3	142
Ação Trabalhista - Rito Ordinário			83	1	5			4	93
Ação Civil Coletiva	52	16	4					2	74
Apelação / Reexame Necessário	23	39						1	63
Procedimento Sumário	44	7						1	52
Cumprimento de sentença	39	10						2	51
Ação Penal - Procedimento Ordinário	33	10							43
Outros procedimentos de	28	9						2	39

CLASSE	JUST. ESTADUAL	JUST. FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	NI	TOTAIS
jurisdição voluntária									
Execução Contra a Fazenda Pública	25	12							37
Inventário	29							3	32
Outras medidas provisionais	21	9							30
Dúvida	23	4						1	28
Mandado de Segurança Coletivo	20	3		1					24
Ação de Alimentos	20							3	23
Ação Civil de Improbidade Administrativa	15	4						2	21
Alimentos - Lei Especial N° 5.478/68	19							1	20
Recurso Inominado	5	13						1	19
Alvará Judicial	12	3	2					1	18
Reintegração / Manutenção de Posse	16	2							18
Usucapião	12							4	16
Ação Popular	7	3						4	14
Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	14								14
Ação Penal de Competência do Júri	10	1						1	12
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista			6		6				12
Recursos Trabalhistas			5	1	3			2	11
Execução da Pena	8	1		1				1	11
Tutela	11								11
Consignação em Pagamento	6	2	2						10
Agravo				8			1		9
Alimentos - Provisionais	5	4							9
Providência	9								9
Recurso em Sentido Estrito	4	2		3					9
Ação Penal - Procedimento Sumário	7	1							8
Desapropriação	7	1							8
Execução Provisória	7	1							8
Arrolamento de Bens	6							1	7
Embargos à Execução Fiscal	3	4							7
Exceção de Coisa Julgada	5	1						1	7
Execução de Multa	7								7
Imissão na Posse	7								7
Processo de Apuração de Ato Infracional	7								7
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)			6						6
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo			5					1	6
Arrolamento Comum	6								6
Assistência Judiciária	4	2							6
Execução Fiscal	2	4							6
Guarda	6								6
Prestação de Contas - Exigidas	6								6
Apelação Cível				5					5

CLASSE	JUST. ESTADUAL	JUST. FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	NI	TOTAIS
Arresto	4	1							5
Averiguação de Paternidade	5								5
Despejo	4							1	5
Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	5								5
Dissolução e Liquidação de Sociedade	4							1	5
Divórcio Consensual	5								5
Embargos do Acusado	5								5
Execução de Certidão de Crédito Judicial			5						5
Recurso Administrativo	3	1	1						5
Restituição de Coisas Apreendidas	5								5
Separação Litigiosa	5								5
Ação de Cumprimento	1		2		1				4
Apuração de Irregularidades em Entidades de Atendimento	4								4
Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	4								4
Monitória	3	1							4
Regulamentação de Visitas	4								4
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	2	1							3
Agravo de Execução Penal	3								3
Agravo de Instrumento em Agravo de Petição		2						1	3
Autorização judicial	3								3
Cautelar Fiscal	3								3
Divórcio Litigioso	3								3
Embargos à Arrematação	1	1	1						3
Habilitação	2	1							3
Habilitação de Crédito	3								3
Impugnação ao Cumprimento de Sentença	3								3
Liquidação por Arbitramento	2							1	3
Procedimento Especial da Lei Antitóxicos	3								3
Processo Eleitoral						2		1	3
Recurso em Habeas Corpus				3					3
Recurso em Mandado de Segurança				3					3
Renovatória de Locação	3								3
Ação Penal				2					2
Adoção	2								2
Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	2								2
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário			1	1					2
Alienação Judicial de Bens	2								2
Anulação e Substituição de Títulos ao Portador	2								2

CLASSE	JUST. ESTADUAL	JUST. FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	NI	TOTAIS
Apelação		1		1					2
Avaria a Cargo do Segurador	2								2
Correição Ordinária	1	1							2
Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular	2								2
Cumprimento Provisório de Sentença	2								2
Depósito	2								2
Despejo por Falta de Pagamento	2								2
Dissídio Coletivo			2						2
Embargos à Adjudicação	2								2
Embargos de Divergência em Recurso Especial				2					2
Embargos Infringentes e de Nulidade	1	1							2
Impugnação ao Valor da Causa	2								2
Inquérito para Apuração de Falta Grave			2						2
Instrução de Rescisória	2								2
Interdição	1							1	2
Pedido de Providências	1			1					2
Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal		2							2
Protesto	1	1							2
Reexame Necessário / Recurso Ordinário			1	1					2
Regularização de Registro Civil	2								2
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	2								2
Separação Consensual	2								2
Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela	2								2
Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento	1								1
Ação de Impugnação de Mandato Eletivo						1			1
Ação Penal Eleitoral						1			1
Agravo de Instrumento em Recurso de Habeas Corpus				1					1
Agravo de Instrumento em Recurso de Mandado de Segurança				1					1
Agravo de Petição					1				1
Alienação de Bens do Acusado	1								1
Alvará Judicial - Lei 6858/80	1								1
Anistia		1							1
Apreensão de Embarcações	1								1
Apreensão e Depósito de Coisa Vendida com Reserva de Domínio	1								1
Arrolamento Sumário	1								1
Auto de Prisão em Flagrante	1								1
Avocatória	1								1

CLASSE	JUST. ESTADUAL	JUST. FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	NI	TOTAIS
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária	1								1
Cautelar Inominada				1					1
Cobrança de Cédula de Crédito Industrial	1								1
Conflito de Jurisdição				1					1
Consignatória de Aluguéis	1								1
Crimes de Responsabilidade dos Funcionários Públicos	1								1
Cumprimento Provisório de Decisão		1							1
Declaratória de Constitucionalidade	1								1
Demarcação / Divisão	1								1
Desapropriação Imóvel Rural por Interesse Social		1							1
Embargos de Retenção por Benfeitorias	1								1
Embargos Infringentes na Execução Fiscal		1							1
Exceção de Incompetência de Juízo	1								1
Execução de Medida de Segurança	1								1
Exibição	1								1
Homologação de Transação Extrajudicial	1								1
Impugnação ao Cumprimento de Decisão	1								1
Impugnação de Crédito	1								1
Incidente de Uniformização de Jurisprudência				1					1
Inquérito Extrajudicial	1								1
Inspeção		1							1
Intervenção em Município	1								1
Liquidação por Artigos	1								1
Medidas de Proteção à Criança e Adolescente	1								1
Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso	1								1
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	1								1
Nomeação de Advogado	1								1
Pedido de Prisão Preventiva	1								1
Pedido de Revisão do Valor da Causa			1						1
Processo Administrativo Disciplinar em face de Magistrado	1								1
Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor	1								1
Recuperação Extrajudicial	1								1
Recuperação Judicial	1								1
Recurso de Revista					1				1

CLASSE	JUST. ESTADUAL	JUST. FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	NI	TOTAIS
Recurso Eleitoral								1	1
Recurso em Habeas Data				1					1
Recurso em Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor	1								1
Relatório de Investigações	1								1
Relaxamento de Prisão				1					1
Representação Criminal				1					1
Restituição de Coisa ou Dinheiro na Falência do Devedor Empresário	1								1
Revisional de Aluguel	1								1
Sobrepartilha	1								1
Superveniência de doença mental		1							1
Suspensão de Execução de Sentença		1							1
Tutela c/c Destituição do Poder Familiar	1								1
Tutela e Curatela - Nomeação	1								1
Não Informado	91	44	5	5	1			73	219
Total geral	941	281	134	47	18	4	1	122	1.548

As reclamações concernentes a processos não julgados representam 55,56% dos registros, e 39,08% referem-se a processos já julgados. Os em fase de execução representam 28,62%, e os processos que não atingiram essa fase, 66,02%:

LOCALIZAÇÃO	JULGADO			EM EXECUÇÃO			TOTAIS
	SIM	NÃO	NI	SIM	NÃO	NI	
Justiça Estadual	348	571	22	268	651	22	941
Justiça Federal	104	173	4	63	214	4	281
Justiça do Trabalho	102	30	2	79	53	2	134
Superior Tribunal de Justiça	10	34	3	6	38	3	47
Tribunal Superior do Trabalho	9	9		3	15		18
Justiça Eleitoral		4			4		4
Tribunal Superior Eleitoral		1			1		1
Não Informado	32	38	52	24	46	52	122
Total geral	605	860	83	443	1.022	83	1.548
	39,08%	55,56%	5,36%	28,62%	66,02%	5,36%	

Não contabilizados os processos em tramitação no STF.

2.3. Utilização Indevida do Nome do CNJ

A Ouvidoria continua recebendo notícias de tentativas de golpes contra pessoas que são partes em processos judiciais. Os golpistas usam de forma indevida o nome do CNJ e solicitam vantagens às vítimas mediante promessa de intermediação para recebimento de valores pendentes de pagamento em causas em tramitação no Poder Judiciário.

Apesar da requisição de instauração de inquérito à Polícia Federal na apuração dos fatos, nesse trimestre foram recebidas 24 manifestações por meio do formulário eletrônico e por meio telefônico, acerca de tentativas de golpes contra autores de ações no Judiciário, com utilização do nome do CNJ.

A Ouvidoria tem orientado os cidadãos acerca da atuação do CNJ, informando-os de que as decisões do Conselho são de natureza administrativa e que não faz contatos telefônicos para cobrar valores sobre ações em curso no Poder Judiciário.

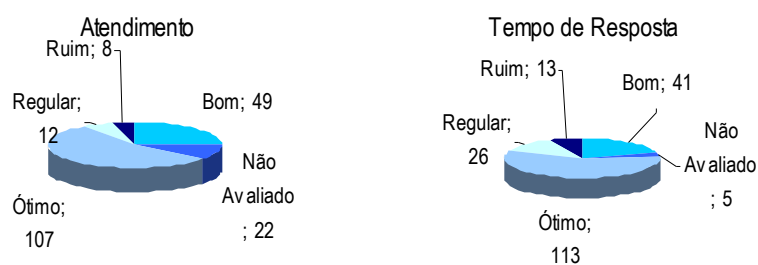
3. A PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DO CNJ

A tabela abaixo discrimina a participação das unidades do CNJ que auxiliaram no atendimento das demandas relacionadas às respectivas áreas de atuação:

SETOR	TOTAIS
Corregedoria Nacional de Justiça	193
Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sist. Carcerário e do Sist. de Exec. de Medidas Socioeducativas	106
Assessoria de Comunicação Social	17
Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário	16
Seção de Seleção e Aperfeiçoamento	16
Departamento de Pesquisas Judiciárias	5
Seção de Atendimento ao Usuário	5
Seção de Protocolo e Digitalização	5
Gabinete do Conselheiro Ney José de Freitas	4
Seção de Acompanhamento do Cumprimento das Deliberações do CNJ	4
Serviço de Atendimento ao Usuário	4
Secretaria de Comunicação Social	3
Secretaria Processual	3
Departamento de Acompanhamento Orçamentário	2
Gabinete Conselheiro José Roberto Neves Amorim	2
Seção de Gestão de Contratos	2
Seção de Seleção e Gestão de Desempenho	2
Assessoria Jurídica	1
Departamento de Gestão Estratégica	1
Secretaria de Controle Interno	1
Setor de Apoio às Comissões e Projetos	1
Total geral	393

4. AVALIAÇÃO DA RESPOSTA

Com o objetivo de aferir o grau de qualidade do serviço prestado pela Ouvidoria, disponibilizou-se ao demandante a opção não obrigatória de avaliar a resposta e a atuação da Ouvidoria, no que refere aos fatores atendimento, tempo para a resposta, desfecho e clareza da resposta. Os resultados obtidos estão detalhados nos gráficos e tabela a seguir.



	SATISFAÇÃO	%	CLAREZA	%
Não	79	39,90%	43	21,72%
Sim	119	60,10%	155	78,28%
Total geral		198		198

Os dados demonstram, por parte dos demandantes, considerável satisfação em relação aos serviços prestados pela Ouvidoria. No entanto, percebe-se um certo grau de insatisfação a indicar que a Ouvidoria precisa continuar a buscar o constante aprimoramento do seu trabalho.

5. ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS A OUTROS ÓRGÃOS

Conforme dispõe o art. 2º e 4º, III, da Resolução n. 103/2010/CNJ, no período, houve 1.240 encaminhamentos às ouvidorias e corregedorias dos tribunais e outros órgãos judiciais. Essas demandas tratavam de atraso na movimentação processual e de questões específicas dos órgãos jurisdicionais. Quando necessário, considerando a hipótese do artigo 7.º, I, da Resolução CNJ n.º 103/2010, houve orientação dos demandantes para direcionar seu questionamento ao CNJ. O quadro a seguir detalha os encaminhamentos:

ÓRGÃO DE DESTINO	ENVIADOS	EM ABERTO
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	186	0
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	156	1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	125	25
Ouvidoria Judiciária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	60	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região	50	32
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	47	11
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	47	3
Gerência de Registro e Suporte à Ação Correcional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais	38	2
Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça	38	34
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	37	7
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	37	0
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	34	6
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso	33	6
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	27	19
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	24	1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	22	1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	20	0
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	20	0
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	20	8
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região	20	0

ÓRGÃO DE DESTINO	ENVIADOS	EM ABERTO
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	18	1
Ouvidoria do Tribunal Superior do Trabalho	15	3
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	14	1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	14	1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	13	11
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	13	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	13	5
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará	9	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	8	1
Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região	8	0
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	7	0
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	7	4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	6	3
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	5	0
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	4	1
Ouvidoria Administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	3	0
Ouvidoria do Fórum Clóvis Beviláqua/Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	3	3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	3	0
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	3	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	3	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	3	1
Central do Cidadão e Atendimento - Supremo Tribunal Federal	2	0
Central do Eleitor - Tribunal Superior Eleitoral	2	2
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	2	0
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	2	0
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	2	0
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2	2
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	1	0
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	1	0
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Região Metropolitana	1	0
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	1	0
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	1	0
Diretoria de Execução de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	1	0
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Acre	1	0
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	1	0
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	1	0
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	1	0
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	1	0
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	1	0
Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região	1	0
Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	1	0
Total geral	1.240	203

Na maior parte dos encaminhamentos aos órgãos do Judiciário, solicita-se que a providência adotada seja informada à Ouvidoria/CNJ, para registro ou adoção de medidas. Das 1.240 manifestações encaminhadas no primeiro trimestre, 203 permaneciam sem resposta final por parte do órgão contatado, o que representa 16,37%.

As reclamações, sugestões e críticas que não se referiam a providências a cargo do Conselho Nacional de Justiça foram encaminhadas aos órgãos responsáveis, comunicando-se a providência ao interessado. Foram encaminhadas nesse período quatro demandas a órgãos do Ministério Público Estadual - dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Bahia e Paraná -, cinco às defensorias públicas estaduais e quatro a órgãos do Poder Executivo, a saber, o Ministério da Justiça, a Presidência da República e a Ouvidoria de uma prefeitura no Espírito Santo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório seguiu, em linhas gerais, os padrões observados nos períodos anteriores. O tema morosidade processual no Poder Judiciário permanece com elevada incidência. Para maior detalhamento das características desse tipo de demanda, têm-se solicitado dos interessados informações como ocupação, Estado de origem, órgãos e instância em que tramitam os processos, etc.

Destacamos a visibilidade que o projeto Pai Presente, instituído pela Corregedoria Nacional de Justiça, recebeu na sociedade brasileira, o que fica evidente na quantidade de demandas recebidas na Ouvidoria. Trata-se de um projeto que atende a necessidade de grande parte da população e serve de ferramenta para o exercício da cidadania.

Faz-se, aqui, especial menção à pesquisa de satisfação dos demandantes, que responderam de forma opcional e demonstraram satisfação considerável com os serviços prestados pela Ouvidoria, fornecendo também subsídios para melhoria dos trabalhos.

A Ouvidoria, antecipando-se ao cumprimento do disposto na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, tem envidado esforços no sentido de se adequar, aumentando o número de seus servidores e criando estratégias e procedimentos em consonância com a referida legislação.

Para o cumprimento do art. 4º, III, da Resolução do CNJ nº 103/2010, a Ouvidoria tem promovido constante processo de integração com as demais ouvidorias judiciais e corregedorias dos tribunais para maior efetividade na resolução das demandas dos cidadãos, orientando-os, também, para que as procurem e, no caso de omissão ou inação desses órgãos, promovam reclamação perante o CNJ.

Com o objetivo de garantir resposta efetiva ao cidadão, a Ouvidoria, por determinação do atual Ouvidor, passou a acompanhar as demandas encaminhadas aos órgãos do Poder Judiciário e a solicitar informações aqueles que não tenham encaminhado resposta ao cidadão.

Em decorrência dessa atuação, a Ouvidoria tem ampliado sua visibilidade perante a sociedade, atingindo não apenas os cidadãos, como também outros órgãos, a exemplo do Ministério Público e Defensorias Públicas, buscando o

eficaz atendimento das manifestações que recebe, o que se reflete no próprio aumento da demanda.

Brasília, 18 de maio de 2012.



WELLINGTON CABRAL SARAIVA
Conselheiro
Ouvidor

Cristiana Gontijo Bastos
Chefe de Gabinete

Técnicos:

Alexandre Padula Jannuzzi
Anderson Moreira da Silva
Hubner Alessandro Rocha
Inaldo do Nascimento
Mariana Feltrini Turibio

Apoio:

Eunice de Costa Oliveira
Mayana Camilla Oliveira Carvalho
Rebeca Pereira de Oliveira